

Análise do Índice da Cesta Básica para o Município de Sousa-PB Analysis of the Basic Food Basket Index for the Municipality of Sousa-PB

Douglas Alves de Sousa¹, Lucas Oliveira do Nascimento², Francisco Ricardo Resende da Nóbrega³ e Sandy Ferreira Martins⁴

- ¹Acadêmico do Curso de Nutrição pela Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: douglasjbnice@g mail.com;
- ²Acadêmico do Curso de Nutrição pela Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: lucasolive3532@ gmail.com;
- ³Nutricionista Especialista em Obesidade e Emagrecimento: UGF-SP; Mestrando em Gestão e Sistemas Agroindustriais UFCG-PB; Professor de Nutrição da Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: ricardoresendenutri@gmail.com;
- ⁴Nutricionista Especialista em Nutrição Clínica e Esportiva, Mestre em Ciências da Nutrição pela UFPB e Professor de Nutrição da Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: nutricionistasandy@gm ail.com.

Resumo

Este estudo analisa a variação de preços da cesta básica em três supermercados no município de Sousa-PB, no semiárido paraibano. A pesquisa foi conduzida com abordagem quantitativa descritiva, utilizando dados primários coletados em novembro de 2024. Foram observados os preços de treze itens alimentares essenciais, padronizados conforme metodologia nacional. A análise revelou diferenças relevantes nos preços praticados, com impacto direto no orçamento das famílias de baixa renda. O estudo também considera aspectos sociais e culturais no acesso à alimentação, demonstrando que as escolhas alimentares não são determinadas apenas por fatores econômicos. As disparidades entre os supermercados refletem a vulnerabilidade da população local frente à insegurança alimentar. Além do levantamento de preços, o trabalho aponta caminhos possíveis para a promoção de maior equidade no acesso aos alimentos, como o fortalecimento da produção local, a valorização de circuitos curtos de comercialização, programas de compras públicas e ações de educação alimentar. Conclui-se que o enfrentamento da desigualdade alimentar exige políticas públicas intersetoriais, sustentadas em diagnósticos territoriais e voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Consumo popular; Agricultura familiar; Desigualdade social; Economia local.

Abstract

This study analyzes the variation in basic food basket prices in three supermarkets in Sousa, a municipality located in the semi-arid region of Paraíba, Brazil. The research followed a descriptive quantitative approach, based on primary data collected in November 2024. Prices of thirteen essential food items were examined using a standardized national methodology. The analysis revealed significant price differences, directly impacting the budgets of low-income families. The study also considers social and cultural aspects of food access, showing that food choices are not driven solely by economic factors. The disparities among supermarkets highlight the population's vulnerability to food insecurity. In addition to the price survey, the study points to possible strategies to promote greater equity in food access, such as strengthening local production, encouraging short food supply chains, implementing public procurement programs, and expanding food and nutrition education. It concludes that tackling food inequality requires intersectoral public policies, grounded in territorial diagnoses and focused on ensuring the human right to adequate food.

Keywords: Food security; Popular consumption; Family farming; Social inequality; Local economy.



1. Introdução

A cesta básica é o padrão adotado no Brasil para monitorar o custo de vida, incluindo uma lista de alimentos com o mínimo necessário para a alimentação e saúde das pessoas. A alimentação é um indicador básico para medir o poder de aquisição do salário-mínimo e é um instrumento para a análise das desigualdades sociais e econômicas no país (DIEESE, 2023). A cesta varia em sua composição e preço de acordo com as condições locais e os mercados, portanto, pesquisas específicas de contexto são essenciais.

De acordo com o (Procon da Paraíba 2023), a disparidade no preço da cesta básica é evidente entre municípios e redes de varejo, mesmo na mesma cidade de João Pessoa, com variações de preço de 100% para os mesmos produtos em redes de supermercados. Tal flutuação tem um efeito significativo no orçamento das famílias de baixa renda, restringindo sua capacidade de acessar alimentos adequados e nutrição de qualidade. No sertão, como em Sousa-PB, tal comportamento pode ser ainda mais evidente, dado o número significativamente menor de estabelecimentos comerciais e a maior necessidade de cadeias de distribuição de longuíssima distância; algo que se reflete no preço final ao consumidor.

Autor como (Claudino 2022), estudando compras de consumidores na cidade de Cajazeiras-PB, município vizinho de Sousa, apontam que a percepção de preço e a localização de filia is interferem diretamente na escolha dos locais de compra e consumo de alimentos básicos. Nesse mesmo sentido, (Silva et al. 2024), apontam que a composição da cesta básica não pode ser analisada apenas sob uma perspectiva econômica, devendo também ser consideradas as forças culturais e sociais que orientam os hábitos alimentares da população. Além disso, estudos realizados em outros países por exemplo, o de (Henry et al. 2022), verifica que o custo de uma dieta saudável supera o preço das cestas básicas tradicionais, especialmente para pessoas em situação econômica frágil.

Diante disso, torna-se necessário investigar os preços da cesta básica no município de Sousa-PB, abrangendo peculiaridades locais e diferenças nos principais locais de comércio. O objetivo do presente estudo foi comparar a variação de preço da cesta básica em três supermercados na cidade e discutir o potencial impacto dessa variação no consumo alimentar da população de Sousa. A partir de tais estudos, visa-se ajudar a informar o cenário do sistema alimentar local, de modo a informar políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e equidade de acesso a itens básicos de alimentação.



2. Metodologia

Este é um estudo quantitativo descritivo, baseado na coleta de dados primários e revisão de literatura, a pesquisa teve como objetivo avaliar a variação de preço da cesta básica de alimentos em três supermercados de Sousa-PB.

A revisão de literatura foi realizada para situar o conceito de cesta básica de alimentos como referência socioeconômica. Utilizamos bases de dados científicas, como SciELO, PubMed e Academia.edu, e documentos oficiais publicados por instituições governamentais e de pesquisa, com o objetivo de identificar diferenças de preços e acesso a alimentos no Brasil, a busca priorizou artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, garantindo a atualização e relevância das informações analisadas.

A coleta de dados foi realizada no dia 25 de novembro de 2024, em três supermercados na cidade de Sousa, de acordo com os critérios de representatividade no mercado local e alcance do público-alvo. Os preços dos itens que fazem parte da cesta de mercado utilizada para estimar a cesta básica de alimentos no Brasil, como arroz, feijão, carne, leite, café, pão, açúcar, óleo, entre outros, que somam o total de 13 produtos, foram analisados, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Itens alimentares observados na composição da cesta básica.

Nº	Produto	Unidade de medida	
1	Arroz	3,6 kg	
2	Feijão	4,5 kg	
3	Carne (Frango)	4,5 kg	
4	Leite integral	6,01	
5	Café em pó	300 gr	
6	Pão francês	6,0 kg	
7	Açúcar	3,0 kg	
8	Óleo de soja	750 ml	
9	Manteiga	750 gr	
10	Banana	90 unid	
11	Tomate	12,0 kg	
12	Farinha de mandioca	3,0 kg	
13	Batata	6,0 kg	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em composições utilizada na DIEESE.



O menor preço de cada produto no dia da visita foi selecionado, considerando a mesma marca entre os estabelecimentos, a fim de garantir a padronização da qualidade e das unidades de medida utilizadas na análise. Os dados foram tabulados e transferidos para planilhas, e subsequentemente organizados em tabelas para fins de comparação, através de estatísticas descritivas, a fim de verificar as variações dos preços absolutos e relativos dos produtos e o custo total da cesta pelos estabelecimentos.

Para o cálculo do custo total de cada item da cesta básica, adotou-se a estratégia de padronização da quantidade conforme os valores de referência apresentados no Quadro 1. Assim, quando o preço era apresentado por unidade (ex: 1 kg de arroz), o valor foi multiplicado pela quantidade exigida (ex: 3,6 kg), obtendo-se o custo proporcional de cada item conforme a demanda mensal simulada. Esse procedimento foi aplicado a todos os produtos, garantindo uniformidade na comparação entre os supermercados.

Isso possibilitou compreender diretamente como a flutuação nos preços poderia gerar impacto no orçamento doméstico e acesso a alimentos, principalmente em municípios intermediários, como Sousa-PB, caracterizados por menor diversidade de estabelecimentos e aumento da dependência de cadeias de suprimento longas.

3. Resultados e Discussão

3.1 Perfil socioeconômico do município de Sousa-PB

Segundo dados do IBGE (2022), o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Sousa-PB corresponde a aproximadamente 1,7 salários-mínimos, refletindo uma renda ainda limitada para grande parte da população. A cidade possui 13.356 pessoas ocupadas formalmente, o que representa cerca de 19,86% da população economicamente ativa.

Além disso, dados do Censo Demográfico 2010 indicam que 44% da população possui rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo, o que revela uma realidade de vulnerabilidade econômica que afeta grande parte dos moradores. Na prática, isso significa que muitas famílias enfrentam dificuldades para colocar comida suficiente e de qualidade na mesa todos os dias, vivendo sob o risco constante da insegurança alimentar.

Pesquisas comprovam que o perfil socioeconômico é um determinante do perfil de consumo alimentar, (Claudino 2022), mostraram que em alguns municípios do sertão paraibano, famílias de baixa renda adaptam suas dietas ao preço, optando por alimentos de menor valor nutricional e com



maior densidade calórica. Esse tipo de prática compromete a qualidade da dieta e agrava a desigualdade em saúde e nutrição.

Nesse sentido, é evidente que o monitoramento dos preços da cesta básica em municípios como Sousa-PB é necessário não apenas economicamente, mas também como um diagnóstico, na avaliação das condições de segurança alimentar, a fim de servir de forma transparente e informada na formulação de políticas públicas mais equitativas.

3.2 Análise comparativa dos preços da cesta básica nos supermercados

Por critérios metodológicos e éticos, os supermercados foram identificados como Supermercado M1, M2 e M3, preservando seu anonimato. A coleta de dados ocorreu em 25 de novembro de 2024, considerando os 13 itens da cesta básica, padronizados conforme o Quadro 1. O Quadro 2 apresenta os preços médios observados, permitindo comparar o custo da cesta entre os estabelecimentos de Sousa-PB.

Quadro 2 - Preços médios dos itens da cesta básica em três supermercados de Sousa-PB.

Produto	M1	M2	M3
Arroz	26,46	25,10	22,64
Feijão	35,95	31,36	44,05
Carne (Frango)	103,50	103,50	103,50
Leite integral	53,10	50,94	53,10
Café em pó	3,34	2,89	2,99
Pão francês	83,94	83,94	83,94
Açúcar	11,97	11,31	14,97
Óleo de soja	11,99	9,47	10,99
Manteiga	35,97	35,91	35,97
Banana	49,50	45,00	45,00
Tomate	41,88	35,64	33,88
Farinha de mandioca	18,45	17,91	17,67
Batata	25,50	23,82	23,94
Total (R\$)	501,55	476,79	492,64

Fonte: Dados coletados pelo autor durante levantamento de campo realizado em Sousa-PB, em 25 de novembro de 2024.

A análise dos dados coletados em três supermercados de Sousa-PB, identificados como M1, M2 e M3, mostrou variações relevantes no preço da cesta básica. O supermercado M2 apresentou o menor custo total da cesta (R\$ 476,79), seguido por M3 (R\$ 492,64) e M1 (R\$ 501,55). A diferença



entre o mais barato (M2) e o mais caro (M1) foi de R\$ 24,76, representando uma economia de aproximadamente 4,93% para o consumidor que optar por comprar no estabelecimento mais acessível.

As maiores disparidades entre os itens foram observadas no feijão, que custava R\$ 31,36 no M2 e R\$ 44,05 no M3 – uma diferença de R\$ 12,69, ou cerca de 40,5% a mais. Esse tipo de variação pode ser decisivo na composição das refeições de famílias de baixa renda. O óleo de soja também se destacou, custando R\$ 9,47 no M2 e R\$ 11,99 no M1, diferença de 26,6%. Já o tomate, conhecido pela instabilidade no preço, variou de R\$ 33,88 (M3) a R\$ 41,88 (M1), uma diferença de 23,6%.

Por outro lado, alguns produtos apresentaram estabilidade de preço nos três supermercados. A carne de frango, o pão francês e a manteiga foram encontrados com os mesmos valores em todos os estabelecimentos, sugerindo um possível controle de preços ou práticas semelhantes de abastecimento desses itens essenciais.

Além desses, outros produtos também apresentaram variações relevantes. O leite integral, por exemplo, variou entre R\$ 50,94 (M2) e R\$ 53,10 (M1 e M3), diferença de 4,24%. O café em pó foi encontrado por R\$ 2,89 no M2 e R\$ 3,34 no M1, uma diferença de 15,58%. O açúcar variou de R\$ 11,31 (M2) a R\$ 14,97 (M3), diferença de 32,37%.

A banana teve uma diferença de R\$ 4,50 entre o menor valor R\$ 45,00 no M2 e M3 e o maior R\$ 49,50 no M1, representando 10%. Já a farinha de mandioca custava R\$ 17,67 no M3 e R\$ 18,45 no M1, variação de 4,41%. A batata apresentou preços entre R\$ 23,82 (M2) e R\$ 25,50 (M1), diferença de 7,05%. Por fim, o arroz, item essencial na alimentação brasileira, teve uma diferença de R\$ 3,82 entre o valor mais alto R\$ 26,46 no M1 e o mais baixo R\$ 22,64 no M3, ou seja, uma variação de 16,86%.

Esse cenário reforça estudos como a de (Claudino 2022), que afirmam que os consumidores do sertão da Paraíba tomam a decisão de ir às compras considerando principalmente o preço e a distância, sendo altamente influenciados pela percepção de economia imediata, em áreas com menos negócios disponíveis, isso é ainda mais crucial, como em Sousa.

Além disso, conforme apontado por (Silva et al. 2024), a análise das cestas básicas deveria se estender às dimensões sociais e culturais, e não apenas à dimensão econômica. O acesso precário a alimentos a preços razoáveis poderia reduzir a ingestão de alimentos frescos e saudáveis como frutas e vegetais, bem como proteínas magras, e assim comprometer, em última análise, a qualidade nutricional das dietas diárias.



Este fato também é corroborado por comparações internacionais, (Henry et al. 2022) relataram que, em muitos países desenvolvidos, o preço de uma dieta saudável é maior do que o preço de uma cesta básica convencional e que essa diferença é altamente acentuada para aqueles que vivem à beira de um limiar econômico. Este resultado apenas serve para destacar que a mera existência da cesta básica não garante necessariamente a segurança alimentar se não houver acesso real aos produtos, particularmente nas regiões periféricas e rurais.

Assim, monitorar o preço da cesta básica é essencial para orientar políticas públicas na área de segurança alimentar, no que diz respeito à Sousa, os achados sugerem a necessidade de intervenções regionais na forma de programas de apoio ou incentivos fiscais para a agricultura familiar, que possam mitigar a volatilidade dos preços e aumentar a oferta de alimentos de qualidad e.

3.3 Caminhos para a Promoção da Equidade no Acesso a Alimentos Essenciais

Diante das variações de preços observadas na cesta básica entre os supermercados de Sousa-PB, torna-se fundamental refletir sobre estratégias que promovam maior equidade no acesso aos alimentos essenciais. A literatura aponta diferentes abordagens que, se implementadas de forma integrada, podem contribuir para melhorar a segurança alimentar da população local, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Um dos caminhos mais promissores envolve o fortalecimento da agricultura familiar e dos circuitos curtos de abastecimento. Segundo (Parrado et al. 2023), a modernização da agricultura e o apoio a cooperativas de pequenos produtores contribuíram significativamente para reduzir o peso da cesta básica no orçamento das famílias brasileiras — de 55% para cerca de 15% nos últimos anos. O incentivo à produção local, aliado à redução de intermediários na cadeia de suprimento, pode impactar diretamente os preços finais ao consumidor e aumentar a oferta de alimentos frescos e nutritivos.

Além disso, políticas públicas que promovem a inclusão de produtores locais nos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são destacados por (Marques e Ponzilacqua, 2022) como estruturas para de um sistema alimentar sustentável. Esses meios ajudam a focar não apenas no compartilhamento da produção regional, mas também na distribuição justa de um produto de qualidade acessível a populações frágeis, ao mesmo tempo em que apoiam o desenvolvimento territorial e a soberania alimentar.



A promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA) deve ser um eixo prioritário fundamental das políticas de segurança alimentar, (Guerra, 2024) destaca que, para cumprir esse direito, são necessárias sempre ações territoriais pioneiras na assistência social com agricultura, educação e saúde combinadas, estabelecendo mecanismos de controle social e participação civil. O DHAA previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser um princípio que transcenda como valor, para que isso aconteça, deve ser alcançado por meio de políticas públicas para acesso físico e econômico aos alimentos.

Complementarmente, programas de educação alimentar e nutricional devem ser ampliados, especialmente aqueles voltados para populações em situação de insegurança alimentar. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), por exemplo, reforça a importância de informar as famílias sobre escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis dentro dos seus contextos socioeconômicos, contribuindo para a formação de hábitos alimentares mais conscientes, mesmo quando o poder de compra é limitado (BRASIL, 2025).

Outra medida necessária é a criação de sistemas de monitoramento e transparência nos preços praticados pelos supermercados locais. A participação de universidades, institutos de pesquisa e órgãos de proteção ao consumidor pode gerar bancos de dados públicos que ajudem os consumidores a tomar decisões mais informadas. Isso também pressiona os estabelecimentos a manterem práticas mais justas de precificação, contribuindo para a regulação indireta do mercado por meio da informação.

Por fim, uma possibilidade interessante para cidades de médio porte, como Sousa-PB, seria a formação de redes intermunicipais para compra e fornecimento de alimentos. Com essas cadeias, seria possível aumentar o poder de negociação com os distribuidores e gerenciar de forma mais eficiente os processos logísticos, o que contribuiria para a redução de custos e um fornecimento mais estável de produtos.

Assim, a promoção de um acesso mais equitativo aos alimentos em Sousa-PB precisa ter uma dimensão estrutural que vá desde a produção até a educação alimentar. O diagnóstico sobre a alteração da cesta básica do município, expresso neste estudo, é, por si só, um alerta para a urgência dessas intervenções para enfrentar o impacto da insegurança alimentar e garantir a alimentação como um direito humano da população.

4. Considerações Finais



A análise dos preços da cesta básica em três supermercados da cidade de Sousa-PB revelou disparidades significativas que impactam diretamente o orçamento familiar das populações locais, sobretudo das mais vulneráveis economicamente. Em um cenário onde grande parte da população vive com até meio salário-mínimo per capita e o acesso a emprego formal é limitado, qualquer variação nos preços dos alimentos essenciais pode representar uma ameaça concreta à segurança alimentar.

O estudo demonstrou que, mesmo dentro de um mesmo município, os preços de produtos básicos como feijão, tomate e óleo de soja podem apresentar variações superiores a 40%, o que compromete a regularidade e a qualidade da alimentação das famílias de baixa renda. Tal realidade reforça a necessidade de monitoramento constante dos preços dos alimentos, aliado à formulação de políticas públicas voltadas à proteção social e à regulação dos sistemas alimentares locais.

Além disso, observou-se que o problema do acesso à alimentação não deve ser tratado apenas pela ótica econômica, mas também considerando fatores culturais, geográficos e sociais que moldam o comportamento de compra e o padrão alimentar das famílias. A dependência de longas cadeias de abastecimento, a baixa diversidade de estabelecimentos e a escassez de feiras locais fortalecem o papel do poder público e das instituições locais na mediação e no apoio ao consumo alimentar saudável.

Nesse contexto, alternativas como o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização dos circuitos curtos de comercialização, o incentivo a compras públicas de pequenos produtores e a ampliação de programas de educação alimentar surgem como estratégias fundamentais para promover a equidade no acesso à alimentação. É necessário que políticas públicas se alinhem aos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada, priorizando regiões interioranas e economicamente fragilizadas como Sousa-PB.

Conclui-se, portanto, que garantir o acesso justo e sustentável a alimentos de qualidade em cidades de porte médio do semiárido brasileiro exige não apenas diagnósticos detalhados sobre os preços praticados, mas sobretudo o comprometimento dos entes públicos com ações estruturantes, intersetoriais e territorializadas, capazes de enfrentar as desigualdades alimentares de forma duradoura e justa.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). **Promoção da saúde. Brasília:** Ministério da Saúde, 2025.



CLAUDINO, Isaías Miguel de Sousa. **Uma análise da cesta básica no município de Cajazeiras – PB.** 2022. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cajazeiras, Cajazeiras, 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos.** São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

GUERRA, J. M. E. Dos campos de concentração da seca ao Direito Humano à Alimentação Adequada. **Lex Humana**, Petrópolis, 2024.

HENRY, Fitzroy J.; LAWRENCE, Beverly; NELSON, Melissa. Comparative cost of diets for low-income families in the Caribbean. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, e120, 25 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama do município de Sousa (PB)**. IBGE Cidades, 2022.

MARQUES, F. J.; PONZILACQUA, M. H. P. Política de Segurança Alimentar e Nutricional no enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 3, set.—dez. 2022.

PARRADO-BARBOSA, A.; RUIZ, E. N.; TRICHES, R. M. Sustentabilidade, circuitos curtos de abastecimento e compras públicas de alimentos. **Chapecó: Editora UFFS**, 2022.

PROCON-PB – Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor da Paraíba. Cesta básica pode ser encontrada a partir de R\$ 192 e diferença de preço é constatada acima de 100%, entre a cesta de menor e maior valor, mostra pesquisa do PROCON-PB. João Pessoa, 17 abr. 2023. Disponível em: https://procon.pb.gov.br/noticias/cesta-basica-pode-ser-encontrada-a-partir-de-r-192-e-diferenca-de-preco-e-constatada-acima-de-100-entre-a-cesta-de-menor-e-maior-valor-mostra-pesquisa-do-procon-pb. Acesso em: 08 jun. 2025.

SILVA, M. A. L.; RODRIGUES, Lucas B.; BRITO, Samuel A.; LAGE, Luisa G.; LOUZADA, Maria L. C. Aquisição de alimentos que compõem a nova cesta básica pelas famílias brasileiras de baixa renda em 2017–18: distribuição socioeconômica e demográfica. **SciELO Preprints**, 2024.